

Perfil dos produtores e avaliação do PNPB em Rio Verde¹

Renata Maria de Miranda Rios Resende²
Márcio Caliar³
Alcido Elenor Wander⁴

Resumo – O objetivo deste trabalho foi, via estudo de caso, conhecer o perfil do agricultor familiar de Rio Verde, GO, inserido no Programa Nacional para Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) e sua avaliação do programa. A pesquisa contou com 43 agricultores familiares de Rio Verde inseridos no PNPB, definidos com base numa amostra não probabilística intencional. Verificou-se que a agricultura familiar de Rio Verde possui perfil distinto do de regiões do País, ou mesmo do próprio estado, cuja lavoura da soja é atividade tradicional. Constatou-se o aumento das rendas fora da propriedade, bem como da pluriatividade das famílias, e que os financiamentos são, para muitos, essenciais. Houve percepção de melhoria da qualidade de vida dos agricultores depois de sua inserção no programa.

Palavras-chave: agricultura familiar, diagnóstico, política pública.

Producer profile and evaluation of PNPB in Rio Verde

Abstract – The objective of this study was through a case study, know about the family farmer profile of Rio Verde - Goiás, Brazil, entered into the National Program for Production and Use of Biodiesel (PNPB) and its evaluation. This research had the participation of 43 family farmers in Rio Verde entered PNPB, which were defined from a non-probability intentional sample. It was found that family farms of Rio Verde have a different profile compared to some regions of the country or even within the state itself, in which, among other factors, has the soybean crop as a traditional activity. It found the increase in rents out the property as well as the pluriactivity of families, and that financing are for many, essential. Finally, there was a perception of improved quality of life by these farmers after their inclusion in the program, although they have raised various problems in their processes.

Keywords: family farming, diagnostic, public policy.

Introdução

O biodiesel é um combustível biodegradável derivado de fontes renováveis, que pode

ser produzido de gorduras animais ou de óleos vegetais, sendo o Brasil grande produtor de matéria-prima (BRASIL, 2012a).

¹ Original recebido em 5/6/2017 e aprovado em 26/7/2017.

² Administradora, mestre em Agronegócio. E-mail: renata.riosresende@gmail.com

³ Engenheiro químico, doutor em Engenharia de Alimentos. E-mail: marcio.caliari@pq.cnpq.br

⁴ Engenheiro-agrônomo, doutor em Ciências Agrárias. E-mail: alcido.wander@embrapa.br

Embora um dos objetivos do Programa Nacional para Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), implantado em 2004, seja a diversificação de matérias-primas para a produção do biodiesel, de forma a valorizar as especificidades de cada região brasileira, e, assim, promover a inclusão social dos agricultores familiares, principalmente dos mais pobres (ABRAMOVAY; MAGALHÃES, 2007; CÉSAR; BATALHA, 2011; DINIZ; FAVARETO, 2012; FAVARETO et al., 2012), a soja se destacou nesse processo, tornando-se o principal produto para produção do biodiesel (DINIZ; FAVARETO, 2012; FERREIRA, 2008; MOURAD; ZYLBERSZTAJN, 2012), o que favoreceu o seguimento da agricultura familiar de mais alta renda, principalmente no Centro-Oeste e Sul, cujos produtores possuem maiores extensões de terras e estão inseridos em mercados mais dinâmicos (DINIZ; FAVARETO, 2012; FAVARETO et al., 2012; FERREIRA, 2008).

Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa (2015), a produção de soja no Brasil na safra 2013/2014 ocupou o segundo lugar no ranking mundial da oleaginosa. Foram 85,656 milhões de toneladas, com 30,135 milhões de hectares de área plantada e produtividade de 2.842 kg/ha, atrás apenas dos Estados Unidos, cuja produção foi de 89,507 milhões de toneladas, 30,703 milhões de hectares de área plantada e produtividade de 2.915 kg/ha. De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BRASILEIRA [DE] GRÃOS, 2015), na safra 2014/2015 a cultura da soja ocupou área plantada de 31,51 milhões de hectares, com produção estimada de 94,58 milhões de toneladas.

O PNPB é um programa de escopo nacional, como o próprio nome indica, mas existem questionamentos sobre sua efetividade para os mais pobres, principalmente do Nordeste (ABRAMOVAY; MAGALHÃES, 2007; CÉSAR; BATALHA, 2011; DINIZ; FAVARETO, 2012). Justamente por isso, este trabalho tem foco no PNPB dos agricultores familiares do Município de Rio Verde, sudoeste de Goiás, onde a soja é a principal-matéria prima para a produção do

biodiesel. A soja é uma cultura tradicional da região, tanto entre grandes quanto pequenos produtores.

Assim, este trabalho pretende responder as seguintes questões: qual é o perfil do agricultor familiar de Rio Verde que acessa o PNPB? O programa tem atingido seu objetivo social no município?

O PNPB

Criado em 2004, o PNPB tinha como objetivo viabilizar a produção e uso do biocombustível no Brasil, cujas principais diretrizes eram implantar um programa sustentável para promover a inclusão social via geração de renda e emprego, garantir preços competitivos, qualidade e suprimento e produzir o biodiesel de fontes oleaginosas diversas, fortalecendo assim as potencialidades regionais para a produção de matéria-prima (BRASIL, 2012a, 2012b).

O biodiesel foi inserido então na matriz energética brasileira em 2005, por meio da Lei 11.097, com o objetivo de substituir total ou parcialmente o diesel fóssil usado no País. A proposta inicial foi a introdução de 2% do biodiesel no diesel comum até 2008 e de 5% até 2013 (ABRAMOVAY; MAGALHÃES, 2007; BRASIL, 2005). Mas, por causa, da capacidade instalada e de benefícios para a cadeia do biodiesel, os valores subiu para 5% já em 2010 (CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA, 2009), para 6% em julho de 2014 e para 7% em 1º de novembro de 2014 (BRASIL, 2014).

O programa está apoiado em três bases: ambiental, econômica e social. Esta última o diferencia de outros programas energéticos espalhados pelo mundo (ABRAMOVAY; MAGALHÃES, 2007), ao tentar incluir agricultores familiares na cadeia do biodiesel, estimulando-os na produção de matérias-primas favoráveis a cada região e nas especificidades da agricultura familiar (BRASIL, 2012b, 2012c; FERREIRA, 2008).

Nesse sentido, foi criado o Selo Combustível Social (SCS), concedido às empresas que comer-

cializam um percentual mínimo, definido para cada região brasileira, com agricultores familiares que produzem matéria-prima para o biodiesel, além de outras obrigações – como prestar assistência técnica e promover a capacitação os agricultores –, de forma que os possibilitem serem competitivos e se manter na atividade. Já a empresa recebe vantagens tributárias, a garantia de participação em 80% dos leilões de biodiesel da Agência Nacional do Petróleo, Gás natural e Biocombustíveis (ANP) e condições especiais nos bancos que operam o programa para financiamentos, além da imagem de empresa social no mercado (BRASIL, 2012b, 2012c). Segundo Mattei (2010), o SCS foi criado na tentativa de se evitar que o mercado de biodiesel fosse dominado apenas pela soja, e, dessa forma, pelas regiões que destacam em sua produção.

Diniz e Favareto (2012) estudaram os desafios da inclusão da agricultura familiar no mercado do biodiesel e identificaram barreiras estruturais nos mercados agrícolas que impedem maior ganho dos produtores ao comercializarem com o PNPB, além dos arranjos institucionais do programa que ainda não foram capazes de ultrapassá-las. Os autores veem como positiva a inserção dos agricultores familiares e suas associações no desenho institucional do programa, bem como o uso obrigatório de biodiesel no diesel fóssil.

Ainda segundo os autores, embora alguns produtores do Nordeste tenham conseguido se beneficiar do aumento do preço da mamona, isso ocorreu por causa da entrada de empresas de biodiesel, e, com isso, novas formas de escoamento da produção, e não especificamente relativos aos incentivos do programa, como assistência técnica, financiamentos, participação das entidades associativas e garantias de venda. Os autores defendem que os agricultores do Centro-Oeste e do Sul foram beneficiados por já estarem, em sua maioria, inseridos no mercado e por ser a soja sua principal fonte de matéria-prima para o biodiesel.

Para Diniz e Favareto (2012), as formas de incentivo do programa não são capazes de esti-

mular a produção de fontes alternativas de matéria-prima para o biodiesel, por não conseguirem realizar uma mudança na cultura produtiva local, ou o incremento necessário da organização produtiva de algumas matérias-primas. Dessa forma, assim como Mourad e Zylbersztajn (2012), os autores concluem que é natural que a soja seja a principal matéria-prima para o biodiesel, pois possui produção e mercado já estruturados em determinadas regiões, bem como agricultores familiares mais independentes e inseridos no mercado.

O estudo de Ferreira (2008) sobre a inserção no PNPB da agricultura familiar em Goiás corrobora essa discussão ao concluir que o programa de fato tem atingido parcela mais bem desenvolvida da agricultura familiar, inclusive sendo essa a escolha natural do mercado, e ressalta que o programa não considera estratos diferenciados da agricultura familiar – que, por isso, demandam incentivos também diferenciados.

Segundo César e Batalha (2011), embora esforços públicos e privados tenham tentado para viabilizar a produção de biodiesel da mamona de forma sustentável no Brasil, as maiores dificuldades estão a montante da cadeia, justamente na produção dessa matéria-prima. Projetos que visam ao desenvolvimento social por meio dessa cadeia são inviáveis, podendo se sustentar apenas por causa dos fortes estímulos governamentais. Os autores concluem:

[...] pode-se dizer que a baixa escala de produção, a dispersão espacial das famílias assistidas, as restrições tecnológicas de processo e produto, a baixa produtividade, o manejo agrícola inadequado, a elevada sazonalidade de produção, as secas prolongadas, a assistência técnica deficitária, a grande influência de intermediários da cadeia da ricinoquímica, os preços instáveis, a falta de tradição em associativismo, o alto nível de endividamento dos agricultores rurais e as dificuldades de acesso ao crédito rural estão entre os principais problemas que entram o desenvolvimento da cadeia de produção de biodiesel a partir da mamona no país. Pelos motivos apresentados, a utilização da mamona para a produção de biodiesel é impraticável

no Brasil no curto prazo, parecendo ser uma promessa futura de difícil viabilização. (CÉSAR; BATALHA, 2011, p. 496).

Para Locatel e Azevedo (2008), a inserção do agricultor familiar como fornecedor de matéria-prima para produção de biodiesel não caracteriza nem o programa, nem o biodiesel, como social, por acreditarem que a integração da produção da agricultura familiar às agroindústrias culmina num processo de submissão dos produtores a um mercado oligopsonizado, transformando-os em simples fornecedores de força de trabalho às agroindústrias, embora sejam proprietários da terra, a exemplo do que ocorre com a cana-de-açúcar.

Nesse sentido, Ferreira (2008) defende que o desenvolvimento de outras atividades, além da produção de matéria-prima para o biodiesel – o que não leva o produtor na direção da especialização de suas atividades, como ocorre em outras atividades –, pode ser um diferencial em Goiás. Mas o autor afirma que são necessárias ações que fortaleçam o produtor no programa: fixação dos preços nos contratos, que são feitas individualmente e com base em preço médio de mercado, por exemplo.

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa usa o modelo de enfoque dominante, em que, segundo Sampieri et al. (2006), embora um dos enfoques prevaleça, utiliza-se do outro enfoque para enriquecer a pesquisa, permitindo assim seu aprofundamento. O enfoque dominante foi o qualitativo, via estudo de caso sobre o PNPB em Rio Verde, GO. Dados quantitativos enriqueceram a coleta de dados, bem como suas análises e discussões.

Por meio de um questionário semiestruturado, adaptado da ferramenta usada por Ferreira (2008), foram entrevistados diretamente 43 agricultores familiares do Município de Rio Verde inseridos no PNPB, com base numa amostra não probabilística intencional, de novembro de 2013 a março de 2014. A amostra foi composta por

produtores assentados e por produtores tradicionais que comercializaram para o PNPB até a safra 2012/2013.

Resultados e discussão

Para atender às normativas do programa, bem como resguardar as partes, Goiás usa um modelo-padrão de contrato para o PNPB, disponibilizado pela Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar do Estado de Goiás (Fetaeg), tanto para o produtor quanto para a cooperativa (FETAEG, 2014).

Na safra 2012/2013, era concedido ao produtor que comercializava para o PNPB um bônus de 4,5% sobre o valor pago pela saca de 60 kg, mais o valor fixo de R\$ 1,00 de incentivo para cada saca de soja transgênica, e R\$ 2,00 para a soja convencional.

Nos contratos para a safra 2014/2015, o bônus passou a ter o valor fixo de R\$ 2,85, podendo vir a ser descontado do agricultor R\$ 0,25 em favor da Fetaeg. Embora tenha ocorrido queda do valor do bônus, segundo a Fetaeg Goiás é o estado onde o bônus é mais alto. A alteração ocorreu por causa da organização e pressão das empresas atuantes no estado, que poderiam mudar suas atividades para estados em que o bônus ao produtor é menor. Outra alteração no contrato padrão é que não há mais distinção entre a soja transgênica e a convencional a título de pagamento do bônus ao produtor, o que pode ser considerado um ponto positivo, pois, anteriormente, se o produtor entregasse soja convencional contaminada por soja transgênica, ele não recebia nenhum bônus, nem como transgênica.

Perfil dos agricultores familiares de Rio Verde inseridos no PNPB

As idades dos produtores que participaram da pesquisa estão distribuídas em faixas etárias conforme a Figura 1. O mais novo possui 25 anos e o mais idoso, 82 anos. A maioria (91%) possui menos de 66 anos de idade. Ferreira (2008) tam-

bém encontrou maior concentração de pessoas nas faixas mais jovens, sendo 95,65% abaixo de 60 anos de idade. Segundo o autor, os agricultores mais jovens estão mais propensos a buscar novas atividades. Pode-se dizer que no caso de Rio Verde não há apenas novas atividades, mas novas formas de comercialização e inserção no mercado.

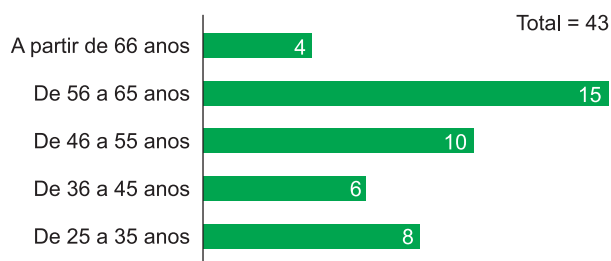


Figura 1. Faixa etária dos produtores do município de Rio Verde, GO, que participam do PNPB.

Quanto ao estado civil, 12% são solteiros, 74% casados, 2% divorciados e 12% são amasiados. Além disso, 16% não possuem filhos, sendo a média de 2,5 filhos – o que tem o maior número de filhos possui seis. A maior parte dos agricultores é casada ou possui união estável (86%), semelhante ao observado por Ferreira (2008), que foi de 84%. Da mesma forma, a média de filhos foi similar nas duas pesquisas: 2,4 na de Ferreira (2008).

O tempo médio de residência ou atuação das famílias nas propriedades é de 17 anos. Para as famílias assentadas, conforme Guimarães et al. (2011) e constatado nesta pesquisa, o tempo normalmente é o mesmo da criação dos assentamentos.

A Figura 2 mostra a condição de uso da terra.

Durante a pesquisa, ficou claro que algumas famílias trabalham conjuntamente, mas que cada um possui sua área – própria, de arrendo ou em comodato. Foi notado o uso de nomes de familiares para se conseguir enquadrar nas exigências legais como agricultores familiares, bem como o arrendo e o comodato. Mourad

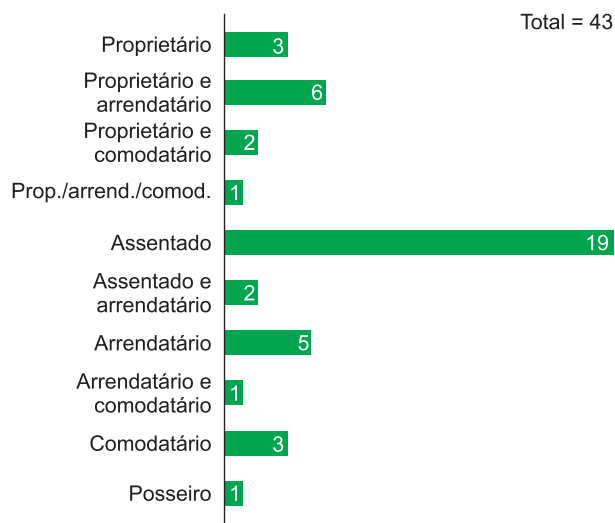


Figura 2. Condição de uso da terra pelos participantes do PNPB em Rio Verde, GO.

e Zylbersztajn (2012) identificaram que essa é uma prática que tem sido realizada para o enquadramento de produtores no programa. Para Guimarães et al. (2011), essa prática no município, ao mesmo tempo que permite ao produtor se enquadrar como agricultor familiar, possibilita o trabalho em escala.

A área média informada pelos produtores é de 64,12 ha, considerando áreas próprias, de arrendo e em comodato. Especificamente para a produção de matéria-prima para o biodiesel, a média foi de 50,91 ha. No estudo com agricultores familiares de Goiás inseridos no PNPB, Ferreira e Passador (2010) encontraram a área média de 42,16 ha para a produção do biodiesel. Estabelecendo um comparativo entre as duas pesquisas e considerando que a de Ferreira e Passador (2010) ocorreu em 2007, observa-se que é significativa a diferença no uso dessas áreas para produção do biodiesel no município. Isso pode indicar o abandono de outras atividades ou que os agricultores de Rio Verde já possuíam grandes áreas destinadas à produção de biodiesel na época da pesquisa.

Quando perguntados sobre que matéria-prima haviam negociado para o PNPB para a safra 2012/2013, todos os entrevistados responderam ter sido a soja, transgênica ou convencio-

nal. Alguns produtores disseram ter produzido outras matérias-primas em momentos anteriores, mas que, por causa da falta de tecnologias que suportassem seu desempenho ou retorno, decidiram pela soja. Ferreira (2008) concluiu, para a mamona, que dificuldades de implantação em Goiás poderiam levar produtores a se desinteressarem pelo negócio.

Considerando que o produtor que pretende vender para o PNPB deve assinar um contrato válido por uma safra, que em Rio Verde o programa se iniciou na safra 2006/2007 e que o limite da pesquisa foi a safra 2012/2013, a Tabela 1 mostra o tempo de participação dos entrevistados no programa – observa-se ingresso constante de produtores no PNPB.

Tabela 1. Tempo em que o produtor assina o contrato para o PNPB (anos).

Tempo (anos)	1	2	3	4	5	6	7
% produtores	9	16	16	16	7	14	21

Para um comparativo da situação dos produtores antes da participação no PNPB e depois, algumas perguntas foram feitas com distinção apenas temporal. A intenção era identificar as atividades comerciais desses produtores, saber se a soja já fazia parte de sua realidade, se eram pluriativos, se possuíam renda fora da propriedade – como trabalhos, aposentadorias e pensões, bolsa do governo e aluguel – e se usavam financiamentos.

Dos entrevistados, 84% já plantavam alguma lavoura comercialmente antes de entrarem para o PNPB, 77% já plantavam soja ou plantaram em algum momento, contrapondo-se à colocação de Ferreira (2008) de que na produção da soja não há muito espaço para a produção familiar. Dos 16% que não plantavam lavoura, 14% criavam animais comercialmente ou exerciam a bovinocultura leiteira, e 2% trabalhavam para terceiros.

Nesse sentido, os produtores foram consultados se já possuíam conhecimento técnico sobre a cultura da soja e como o adquiriram – 88% disseram que já possuíam conhecimento técnico. A maior parte disse que adquiriu via cursos técnicos; alguns, por meios diversos, como técnicos de cooperativas. Destaca-se que 12% não possuíam nenhum conhecimento técnico sobre a soja antes de entrar para o PNPB. Esse número diverge do estudo de Ribeiro e Dias (2013) em assentamentos em Jataí e Perolândia, no sudoeste Goiano, que relata que os assentados não sabiam lidar com a soja, e que sua prática era uma novidade para eles, confirmando que a soja já faz parte da realidade dos agricultores familiares de Rio Verde, inclusive assentados. Destaca-se que a capacitação técnica dos produtores é uma das obrigações que as empresas devem cumprir para manter o SCS.

Anteriormente à inserção no PNPB, dos 84% dos produtores que plantavam lavouras comercialmente, 42% plantavam, ou haviam plantado, soja na safra e milho, sorgo ou milheto na safrinha; 35%, além de soja, milho, sorgo ou milheto, plantavam, ou haviam plantado outras culturas, como arroz, feijão, frutas, mandioca e algodão; os outros 7% já haviam diversificado a plantação com milho, arroz, feijão, frutas, mandioca e eucalipto.

Depois de sua entrada no PNPB, 95% disseram que plantam outra lavoura além da soja para o biodiesel, e apenas 7% disseram que cultivam outro produto além de milho, sorgo e milheto na safrinha – dois produtores cultivam frutas e um produz mandioca.

A soja é tradicionalmente cultivada e consolidada na região e, conforme a pesquisa, é hoje o principal produto da agricultura familiar de Rio Verde e o que possibilita a maior renda a esses produtores. Outra questão é a mão-de-obra disponível nas famílias para outras atividades. Em várias famílias trabalham somente o casal, pois os filhos saíram para estudar ou constituir família. Destaca-se que a contratação de um funcionário fixo para muitos produtores é inviável.

vel e, conforme Ferreira (2008), não condizente muitas vezes com sua realidade.

Antes da inserção no PNPB, 67% dos produtores disseram que criavam algum animal para comercialização – suínos, bovinos e aves –, e 58% praticavam a pecuária leiteira. Depois, os números passaram para 44% e 21%, respectivamente.

Perguntados se possuíam alguma renda fora da propriedade antes do PNPB, 30% disseram que sim, enquanto a maioria dos produtores (63%) disseram que possuíam renda apenas proveniente da propriedade – 7% não responderam.

No período da pesquisa, 46% dos produtores disseram possuir alguma renda fora da propriedade, 49% disseram não possuir e 5% não responderam. Esse aumento de renda fora da propriedade deve-se ao aumento de aposentadorias e pensões, bem como a trabalhos externos. Trabalhos externos foram buscados também com o objetivo de obter recursos para se investir na propriedade, principalmente para a aquisição de melhores equipamentos.

Foi observado aumento da renda das famílias, mas não foi possível estabelecer sua ligação direta apenas com o PNPB. Ele pode ser decorrente das próprias atividades na propriedade, bem como de trabalhos externos e aposentadorias e pensões. Pode ser também por causa de mudanças na economia e na atividade agrícola como um todo.

Apenas 19% dos produtores disseram que antes do PNPB existiam menores de 14 anos que ajudavam nas atividades rurais – filhos ou sobrinhos. No período da pesquisa, todos os produtores disseram que não possuíam menores de 14 anos nas atividades. Comparando a situação antes e depois, em 16% das famílias houve mudança por causa do alcance dos 14 anos. Em uma família, não foi possível identificar o motivo, pois a idade na época não foi informada. Além disso, diminuiu o número de pessoas nessa família com 14 anos ou mais que trabalhavam.

Quanto ao número de pessoas ocupadas na propriedade com mais de 14 anos – familiar

ou funcionário fixo contratado –, a média de 2,63 antes do PNPB, passou a 2,88 depois da inserção no PNPB.

Em relação ao uso de recursos financeiros externos para o desempenho das atividades agrícolas antes do PNPB, ou seja, recursos não próprios, 84% dos produtores declararam acessar algum tipo de financiamento, sobretudo verbas do Pronaf e de empresas de insumos (Figura 3).

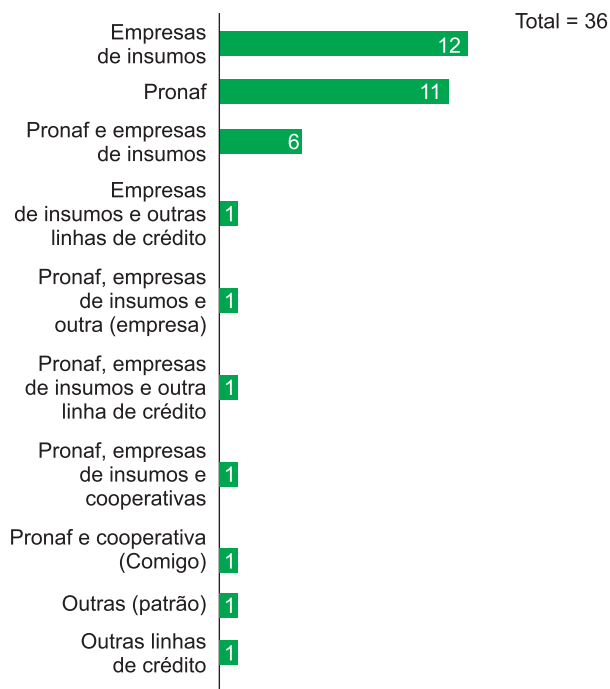


Figura 3. Fontes de financiamento das atividades agrícolas antes do PNPB.

Já para a produção de matéria-prima para o biodiesel – no caso, a soja –, além do Pronaf e das empresas de insumos, há grande incidência de outros agentes financiadores, como as empresas produtoras de biodiesel e cooperativas (Figura 4) – 98% dos produtores recorrem a financiamentos.

Perguntados sobre o financiamento externo das demais atividades agrícolas depois do PNPB, não englobando a produção de soja para o biodiesel, 63% dos produtores disseram acessar alguma modalidade (Figura 5).

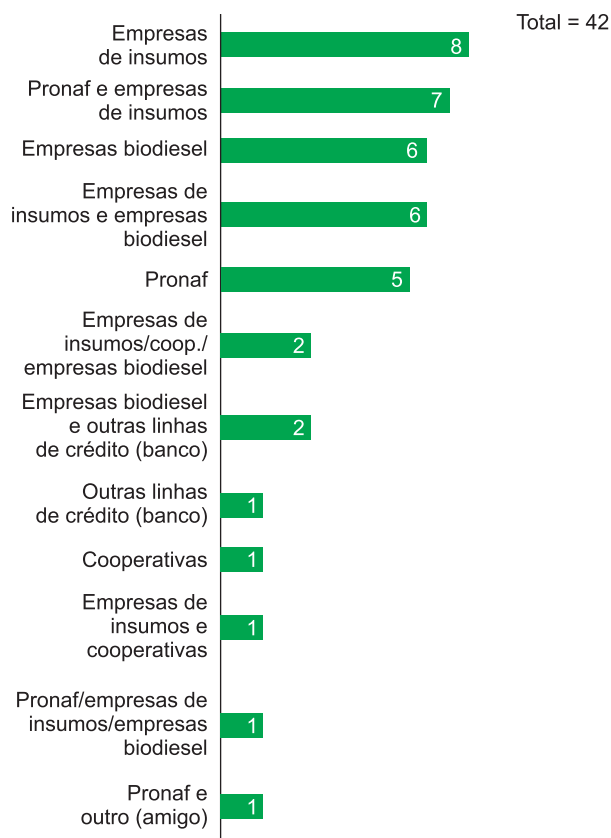


Figura 4. Fontes de financiamento para a produção de matéria-prima para o PNPB.

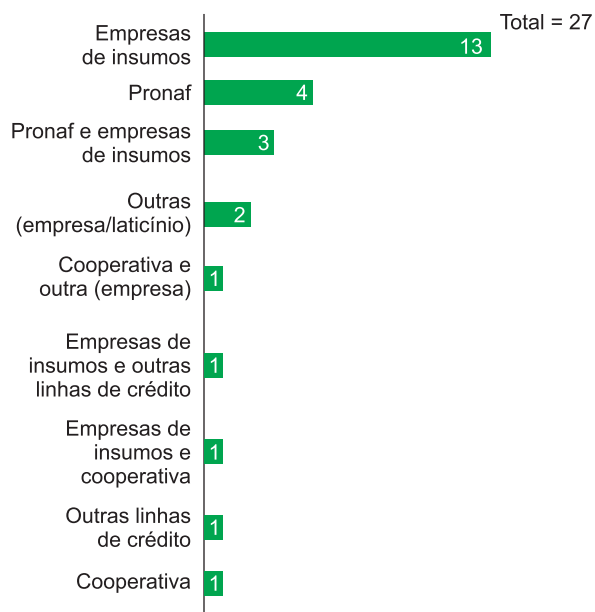


Figura 5. Fontes de financiamento das demais atividades agrícolas depois do PNPB.

O maior uso de fontes alternativas de financiamento depois da inserção do produtor no PNPB, principalmente para a soja, revela o grande interesse das empresas de biodiesel, bem como das cooperativas – além das já destacadas empresas de insumos –, de que o agricultor familiar esteja inserido na atividade da soja.

Segundo entrevistados, com o PNPB cresceu o interesse das empresas de insumos (revendas) em trabalhar com a agricultura familiar, pois, além das formas legais para garantir o cumprimento das obrigações financeiras dos produtores, há o respaldo das cooperativas e empresas de biodiesel. Além disso, essas fontes alternativas de financiamento são consideradas essenciais para praticamente todos os produtores pesquisados, pois o recurso do Pronaf não é suficiente para cobrir todos os custos com a lavoura e nem todos os produtores conseguem acessá-lo.

Nesse sentido, observou-se queda do uso do Pronaf depois do PNPB – de 49% para 42% –, considerando aqueles que o acessavam tanto para a soja quanto para as demais atividades, e contando uma única vez os produtores que disseram acessar nas duas situações depois do PNPB (11,63%). O recuo não está necessariamente ligado ao programa, mas provavelmente à inadimplência. Uma das novidades do programa foi a possibilidade de o produtor acessar o Pronaf em dois momentos no mesmo ano: para a matéria-prima do biodiesel e para as demais culturas/atividades (DINIZ; FAVARETO, 2012; RIBEIRO; DIAS, 2013). Outro fator relevante da pesquisa é que embora dívidas anteriores com os bancos impeçam o produtor de continuar acessando o Pronaf, novos produtores passaram a acessar esse crédito.

Dos entrevistados, apenas 2% disseram não usar fontes externas de financiamento para a produção de matéria-prima para o biodiesel. Utilizam, entretanto, para as demais atividades agrícolas.

Abramovay e Magalhães (2007) se referiram à produção da agricultura familiar para o

biodiesel como de baixo custo quando trataram de culturas como a mamona, de pouca mecanização e de pouco uso de insumos químicos, ou quando consideram juros subsidiados até mesmo para a soja no Centro-Oeste, via Pronaf. Mas essa pode não ser a realidade que se observa no plantio da soja em Rio Verde, dado o alto custo da lavoura e das formas de acessos a financiamentos alternativos.

Para produção da soja, segundo os entrevistados, o trator, a semeadora, a colhedora e o pulverizador foram usados em todas as propriedades, podendo ser próprios, alugados, emprestados ou ter trabalhado como troca por dia de serviço. Aplicadores de adubo, distribuidores de calcário, carretas e caminhões para transportar adubo, bem como caminhão para frete do produto, foram também citados (Figura 6).

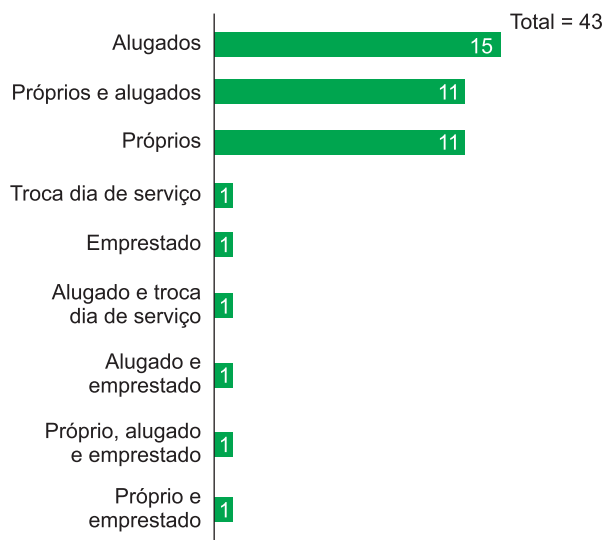


Figura 6. Formas de uso de máquina e equipamentos.

Perguntados sobre a contratação de pessoas para trabalharem na produção como temporários, 75% dos produtores disseram que contratam; 23% não contratam e 2% não responderam. A média de pessoas contratadas foi de 2,18, e a maior parte contrata um ou dois temporários. A maior contratação foi de 15 pessoas. Dos que contratam, 60% pagam por meio de diárias; os demais, por empreita, por produção ou por período.

Todos os entrevistados contratam algum tipo de serviço de terceiros, como preparação do solo, plantio, tratos culturais, colheita, transporte, serviços de mecânico e motorista de caminhão. Os serviços mais contratados foram os de colheita e de transporte, pois é difícil para a agricultura familiar possuir máquinas para tais atividades.

Os números de contratações temporárias e de serviços complementares indicam o aumento de postos de trabalho, mesmo que temporários, conforme assinalado por Ferreira e Passador (2010), que ainda destacam o auto-emprego, criado por causa das atividades para o PNPB e da contratação pelas indústrias.

Foi perguntado aos produtores se existe algum tipo de cooperação entre eles para o uso de equipamentos, serviços de mão-de-obra, compras de insumos, compras de equipamentos, comercialização ou outro tipo de cooperação. Dos entrevistados, 74% disseram não. Em relação ao uso de equipamentos e aos serviços de mão-de-obra, a troca, quando ocorre, normalmente é em forma de pagamento. A compra de insumos e de equipamentos, quando ocorre, é via cooperativa. A comercialização é feita em sua maior parte via cooperativas, mas a negociação do preço é feita com cada produtor separadamente, o que também foi constatado por Ferreira (2008), contrariando Silva (2013), para quem é por meio das cooperativas que se conseguem os melhores preços, condição esta que seria a esperada.

Perguntados se houve percepção de melhoria de vida depois do PNPB, 88% dos produtores responderam afirmativamente, enquanto 12% disseram não perceber diferença. Perguntados se conseguiram adquirir algum bem, mesmo que de menor magnitude, como um eletrodoméstico, 70% disseram sim, e 30% disseram não. Em relação ao acesso ao lazer, 47% dos disseram ter melhorado; 53% disseram não.

Alguns produtores que relataram melhoria de vida depois do programa se referiram ao pagamento de dívidas contraídas anteriormente. Houve caso em que o produtor ainda não havia obtido lucro, por causa do primeiro ano

de lavoura e da necessidade de correção da terra, mas considerava ter havido melhoria de vida, pois agora possuía o *status* de plantador de soja. Outro entrevistado relatou que entrar no supermercado e comprar as mesmas coisas que alguém de boas condições fazia subir sua autoestima.

Muitos produtores que adquiriram bens no período em que participaram do PNPB relataram que o programa apenas ajudou nas aquisições.

Indagados se durante a vigência dos contratos os bens, as reservas e os endividamentos aumentaram ou diminuíram, 67% dos produtores disseram que aumentaram os bens, 42% disseram que aumentaram as reservas – em dinheiro ou investimento – e 47% disseram que diminuíram o endividamento. Em contrapartida, 5% disseram que diminuíram os bens, 5% declararam que diminuíram as reservas e 21% disseram que aumentaram o endividamento. Dos nove produtores que declararam ter aumentado o endividamento, três disseram que conseguem administrar o problema com a renda que possuem, quatro disseram que a causa é o custeio de safra, pago no fim dela, um produtor disse que foi por causa da safrinha e um produtor disse que consegue pagar a dívida se se dispuser dos bens. Dos dois produtores que disseram que diminuíram as reservas, um foi o fez para aumentar os bens e o outro para pagar os custos com a lavoura, já que sua produção na safra 2012/2013 não permitiu isso. Quanto aos que disseram que diminuíram os bens, o não rendimento da safra foi a causa do problema. Assim, de forma geral as famílias entrevistadas conseguiram aumentar suas posses durante vigência dos contratos para o PNPB.

Quanto à avaliação que o produtor faz do PNPB para a agricultura familiar, 32% disseram que é muito bom, 63% que é bom e 5% que é regular, num total de 95% de avaliações positivas. Ferreira (2008) encontrou resultado semelhante com os agricultores de Goiás, pois mais de 90% dos entrevistados também consideravam o programa muito bom ou bom. As avaliações trouxeram também comentários: “Bom, não aumentando os descontos do produtor, a exemplo

do 0,5% repassado à Fetaeg”; “Regular, precisa investir mais no crédito para o produtor. Se não fosse o crédito das empresas, não tinha como os produtores trabalharem, já que o custeio deixa a desejar”; “Bom, está ajudando quem quer”; “Bom, para quem sabe aproveitar para pagar dívidas, válido”; “Bom, pelo que ouvi é ótimo, mas ainda não alcançamos”; “Bom, mas tem pontos falhos que precisam ser melhorados”; “Muito bom, desde que esteja recebendo o benefício, que este não esteja se perdendo na cadeia do biodiesel (principalmente devido ao oportunismo das empresas)”; e “Muito bom, oportunidade para a agricultura familiar plantar soja, ser inserido nesta cadeia do biodiesel”.

Dos entrevistados, 58% disseram que conhecem outros programas do governo, enquanto 40% não conhecem, 2% apenas ouviu falar. Perguntados se já participaram de outro programa, 26% dos disseram sim e 74% disseram não; e se gostariam de participar de outro programa, 35% disseram sim, 44% responderam não, e 21% disseram que precisariam conhecer primeiro.

Perguntados sobre o que gostariam de fazer se não estivessem no PNPB, 49% disseram que permaneceriam na lavoura, 12% deixariam a lavoura e passariam para a criação de gado, 14% permaneceriam na lavoura e na criação de gado e 25% manteriam suas atividades, podendo ser lavoura, gado e trabalho fora, ou lavoura e trabalho fora.

Por existir uma cadeia estruturada da soja no município, os produtores possuem um leque de opções para comercializar seu produto, seja pelo número de empresas do biodiesel no município (cinco), seja pelas demais empresas que atuam fora do programa, situação que não deixa os produtores reféns das primeiras, conforme colocado por Locatel e Azevedo (2008).

Dos entrevistados, 88% disseram que pretendem crescer, mesmo que com alguma ressalva, enquanto 12% disseram que não pretendem, principalmente por causa da idade, além da não disponibilidade de mão-de-obra familiar e do risco da atividade.

Quanto às queixas ao PNPB e outras considerações importantes para o programa, a Tabela 2 mostra aspectos positivos, e a Tabela 3 mostra os negativos. As questões negativas foram recorrentes.

De forma geral, o agricultor familiar de Rio Verde viu no PNPB uma forma de permanecer na atividade, principalmente por causa do bônus praticado sobre o valor da soja e o acesso a financiamentos, além de melhor crédito no mercado (Tabela 2). Mas conforme a Tabela 3 existe o oportunismo de empresas e cooperativas e a falta de informação e comunicação entre os agentes do programa, por exemplo. Ferreira (2008) identificou falhas também na divulgação e comunicação do programa, oportunismo de determinados agentes da cadeia, por possuírem

Tabela 2. Aspectos positivos relatados pelos entrevistados quanto ao PNPB e seu funcionamento no município.

Aspectos positivos relatados
O investimento na agricultura familiar ajudou (está ajudando) o produtor
O comprador de soja passou a procurar o produtor para informar quando ela está com o melhor preço
O crédito fornecido pelas empresas, que possibilita a produção
O programa do biodiesel ajuda no acesso a financiamento para o plantio da soja
O adiantamento de insumos permitiu oportunidade para produzir
Deixa-se de arrendar a terra por causa do biodiesel, passando a plantar a lavoura da soja
Honestidade no pagamento por parte das empresas/cooperativas
O produtor está bem assistido e vê os benefícios do programa como pontos positivos
O produtor está satisfeito com o preço aplicado, dentro do padrão de mercado
O PNPB foi um dos melhores programas, dando a chance de voltar a produzir. Saiu do fundo do poço, pois devia a revendas e bancos
O projeto do biodiesel ajudou a diminuir a burocracia para o produtor rural

interesses distintos ao do agricultor, além de falhas na assistência técnica.

Considerações finais

No geral, a agricultura familiar de Rio Verde está inserida em um contexto diferenciado, com grandes extensões de terras e com parte significativa dos agricultores produzindo soja, mesmo nos assentamentos, muitos com máquinas e equipamentos próprios. São produtores que contam com um mercado regulado, além de infraestrutura significativa, e que querem crescer na atividade. Além disso, acessam políticas públicas e são reconhecidos como agricultores familiares, não como pequenos produtores nem camponeses.

Constatou-se que a soja já fazia parte da realidade desses agricultores, mas que o PNPB

Tabela 3. Aspectos negativos do PNPB relatados pelos entrevistados.

Aspectos negativos relatados
Oportunismo de empresas e revendas
Assistência técnica, sendo em algumas situações apenas para cumprir a parte burocrática (laudos); em outras, nem isso
Dificuldade de acesso a máquinas e equipamentos – deveria ser com juros menores e alterar a forma de penhor
Falta de informação para os produtores sobre o programa, benefícios e seu funcionamento
Falta de comunicação entre empresas, cooperativas e produtores
Verba do Pronaf não cobre as despesas da lavoura integralmente
Falta de seguro para os produtores que não usam a verba do Pronaf, que custeiam suas lavouras com recursos diversos externos e próprios
Incidência do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) também sobre o bônus de 4%, reduzindo o resultado final para o produtor
Limite de enquadramento enquanto agricultor familiar, que deveria aumentar para permitir seu crescimento
Necessárias melhorias em infraestruturas
Melhor fiscalização do programa e envolvimento das entidades representativas

trouxe aumento das rendas fora da propriedade, a pluriatividade das famílias, de forma independente do programa, acesso a financiamentos, oficiais ou não, e o incremento da oferta e do uso desses financiamentos.

A maior parte dos produtores entrevistados percebeu melhoria de vida com o programa – pelo aumento da renda, por conseguir pagar dívidas, por ter adquirido bens ou mesmo pela melhora da autoestima.

A avaliação que os produtores fazem do programa é em sua maior parte positiva, embora sejam grandes as queixas. Consideram que existem manobras dos agentes envolvidos – empresas, cooperativas e revendas. Relatam que a assistência técnica é inexistente ou insuficiente em algumas situações e de má qualidade em outras; que falta infraestrutura adequada em alguns lugares; que é difícil o acesso ao crédito público para quem não possui o documento da terra regularizado, que não existe seguro público para o produtor que não acessa o Pronaf e que precisam pagar taxas de financiamento mais altas que as do mercado.

Portanto, para os entrevistados, de certa forma o PNPB tem atingido seu objetivo social no município pesquisado. O programa possibilita que o produtor permaneça no campo e permite que muitos retornem às atividades rurais, ou seja, que produzam eles mesmos em vez de arrendar a terra. Mas é necessário que as institucionalidades do programa estejam em constante revisão, para evitar que caia o interesse do produtor participante.

Referências

ABRAMOVAY, R.; MAGALHÃES, R. O acesso dos agricultores familiares aos mercados de biodiesel: parcerias entre grandes empresas e movimentos sociais. **Textos para Discussão FIPE**, n. 6, jun. 2007. 22 p. Disponível em: <http://www.fipe.org.br/web/publicacoes/discussao/textos/texto_06_2007.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2013.

ACOMPANHAMENTO DA SAFRA BRASILEIRA [DE] GRÃOS: safra 2014/15: quinto levantamento, Brasília, DF, v. 2, n. 5, fev. 2015. 117 p. Disponível

em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/15_02_13_10_34_06_boletim_graos_fevereiro_2015.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2016.

BRASIL. Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira. **Diário Oficial da União**, 14 jan. 2005. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=8&data=14/01/2005>>. Acesso em: 6 out. 2012.

BRASIL. Lei nº 13.033, de 24 de setembro de 2014. Dispõe sobre a adição obrigatória de biodiesel ao óleo diesel comercializado com o consumidor final; altera as Leis nºs 9.478 de 6 de agosto de 1997, e 8.723, de 28 de outubro de 1993; revoga dispositivos da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 25 set. 2014. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=3&data=25/09/2014>>. Acesso em: 24 out. 2014.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Biodiesel: Programa Nacional para Produção e Uso do Biodiesel: sobre o Biodiesel**. 2012a. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/programas/biodiesel/menu/biodiesel/o_biodiesel.html>. Acesso em: 5 out. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel: inclusão social e desenvolvimento territorial**. 2012b. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/Biodiesel_Book_final_Low_Completo.pdf>. Acesso em: 5 out. 2012.

BRASIL. Portaria nº 60, de 6 de setembro de 2012. Dispõe sobre os critérios e procedimentos relativos à concessão, manutenção e uso do selo combustível social. **Diário Oficial da União**, 10 set. 2012c. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=63&data=10/09/2012>>. Acesso em: 9 jan. 2013.

CÉSAR, A. da S.; BATALHA, M. O. Análise dos direcionadores de competitividade sobre a cadeia produtiva de biodiesel: o caso da mamona. **Produção**, v. 21, n. 3, p. 484-497, jul./set. 2011. DOI: 10.1590/S0103-65132011005000039.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA. Resolução nº 6, de 16 de setembro de 2009. Estabelece em cinco por cento, em volume, o percentual mínimo obrigatório de adição de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final, de acordo com o disposto no art. 2º da Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005. **Diário Oficial da União**, 26 out. 2009. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=99&data=26/10/2009>>. Acesso em: 5 out. 2012.

DINIZ, J. F.; FAVARETO, A. Os desafios da inclusão da agricultura familiar no mercado de matéria-prima para o

biodiesel no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 20, n. 1, p. 139-187, abr. 2012.

EMBRAPA. Embrapa Soja. **Soja em números (safra 2013/2014)**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>>. Acesso em: 12 maio 2015.

FAVARETO, A.; KAWAMURA, Y.; DINIZ, J. F. Controvérsias científicas e sociais na produção de biocombustíveis – Uma avaliação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel. **Contemporâneos**, n. 9, p. 1-28, nov. 2011/abr. 2012. Disponível em: <<http://www.revistacontemporaneos.com.br/n9/dossie/controversias-biocombustiveis.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2015.

FERREIRA, V. da R. S.; PASSADOR, C. S. Potentials and limits to generate employment and income by the National Programme for production and use of biodiesel. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 12, n. 1, p. 20-33, 2010. Disponível em: <<http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/93577/2/Artigo2.pdf>>. Acesso em: 26 jan. 2015.

FERREIRA, V. R. S. **Análise da participação da agricultura familiar no Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PNPB no Estado de Goiás**. 2008. 191 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96132/tde-29042008-110648/en.php>>. Acesso em: 3 out. 2012.

FETAEG. Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar do Estado de Goiás. **Contrato**. Disponível em: <<http://www.fetaeg.org.br>>. Acesso em: 14 out. 2014.

GUIMARÃES, G. M. A.; RIBEIRO, F. L.; ECHEVERRÍA, A. R. Importância da agricultura familiar para o

desenvolvimento sustentável de municípios com predominância do agronegócio. **Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável**, v. 1, n. 2, p. 1-11, dez. 2011. Disponível em: <http://www.rbas.com.br/pdf/revista_2_artigo_21.pdf>. Acesso em: 4 jun. 2014.

LOCATEL, C. D.; AZEVEDO, F. F. de. Desenvolvimento rural, Política Nacional de Biocombustíveis e o mito da inclusão social no campo brasileiro. **Scripta Nova**, v. 12, n. 270, ago. 2008. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-270/sn-270-73.htm>>. Acesso em: 5 out. 2014.

MATTEI, L. Programa Nacional para Produção e Uso do Biodiesel no Brasil (PNPB): trajetória, situação atual e desafios. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 41, n. 4, p. 731-740, out./dez. 2010. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1218>. Acesso em: 27 jan. 2015.

MOURAD, C. B.; ZYLBERSZTAJN, D. Regulação sobre sistemas agroindustriais de produção de biodiesel: uma análise comparada. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 14, n. 3, p. 326-342, 2012. Disponível em: <<http://purl.umn.edu/146687>>. Acesso em: 6 nov. 2013.

RIBEIRO, D. D.; DIAS, S. D. Políticas públicas para a agricultura familiar: o PAA e o PNPB. **Mercator**, v. 12, n. 27, p. 81-91, jan./abr. 2013. DOI: 10.4215/RM2013.1227.0006.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. del P. B. **Metodologia de pesquisa**. São Paulo: McGrall-Hill, 2006.

SILVA, J. A. da. Avaliação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel no Brasil – PNPB. **Revista de Política Agrícola**, v. 22, n. 3, p. 18-31, jul./ago./set. 2013. Disponível em: <<https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/issue/view/103/showToc>>. Acesso em: 26 jan. 2014.